



Número: **0815758-13.2017.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **9ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **29/03/2017**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA DO LIVRAMENTO DANTAS BARBOSA (AUTOR)		LIDIANI MARTINS NUNES (ADVOGADO)	
MAPFRE (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
TIAGO MARTINS FORMIGA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
51597604	22/11/2021 08:19	MARIA DO LIVRAMENTO DANTAS BARBOSA - RECURSO DE APELAÇÃO	Outros Documentos

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE
DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA – ESTADO
DA PARAÍBA.**

MARIA DO LIVRAMENTO DANTAS BARBOSA,
devidamente qualificada nos autos de n.º **0815758-13.2017.8.15.2001**, em epigrafe,
vêm à presença de Vossa Excelência, por intermédio de sua advogada e bastante
procuradora, com o devido respeito a Vossa Excelência, com suporte no **art. 1.009 e
segs., do Novo Código de Processo Civil (Lei n. 13.105 de 2015)** tempestivamente
opor:

RECURSO DE APELAÇÃO

Em face da [decisão de 1º grau](#), a fim de que haja por
bem V. Ex^a., reformar a decisão. Outrossim, *ex vi legis*, solicita que Vossa Excelência
declare os efeitos com que recebe o recurso evidenciado, determinando, de logo, que
a recorrida se manifeste. Depois de cumpridas as formalidades legais, seja ordenada a
remessa desses autos, com as **Razões de Apelação**, ao Egrégio Tribunal de Justiça.



DA TEMPESTIVIDADE RECURSAL

Este recurso há de ser considerado tempestivo, vez que a sentença em questão ainda não foi se quer publicado a decisão de primeiro grau. Nesse ínterim, à luz da regência da **Legislação Adjetiva Civil (art. 1.003, § 5º)**, esta apelação é interposta dentro do lapso de tempo fixado em lei.

DO PREPARO

A recorrente deixa de acostar o comprovante de recolhimento do preparo, haja vista que lhes foram concedidos os benefícios da gratuidade da justiça. (NCPC, art. 1.007, § 1º).

RAZÕES DO RECURSO DE APELAÇÃO

A parte vencedora, ora apelante, **busca por via do Recurso de Apelação sanar o “equivoco”, vício de nulidade processual uma vez que a decisão de piso, incorreu em erros materiais, o qual deve ser sanado e reformado.** Eis o motivo do **RECURSO DE APELAÇÃO**.

Ocorre que houve **“equivoco”** ao arbitrar os valores de quantum indenizatório, no julgado proferido nos **Id n.º 47974078**, que desde já solicita que v. exa acolha e dê provimento ao recurso apelatório, e assim o faz nos seguintes termos:

Exas, a Ilustre magistrada, incorreu em pequeno “erro material” ao quantificar as lesões da parte autora da ação, uma vez que nota-se que, **o laudo pericial de n.º 43684066**, atestou os percentuais de **50% de incapacidade do Membro Inferior Esquerdo + 50% de incapacidade da coluna lombar**.

Neste viés o valor correto da indenização que cabe a parte autora importa no valor de R\$ 11.475,00 (Onze mil, quatrocentos e setenta e cinco reais), **incidindo correção monetária pelo INPC desde a data do evento danoso**



(06.05.2016), Súmula 580 do STJ e determinando ainda que, os juros de mora deverão incidir na indenização do seguro DPVAT a partir da citação Súmula 426, do STJ,

Na sentença primeva, v. exa. apenas quantificou uma lesão, qual seja, a referente ao **membro inferior que implica em 50% de 9.450,00** (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), **que resultou em R\$ 4.725,00** (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), **esquecendo e deixando de quantificar o valor correspondente a 50% de 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais) da Coluna Lombar, o que implica em **R\$ 6.750,00** (seis mil, setecentos e cinquenta reais), totalizando o quantum correto indenizatório de **R\$ 11.475,00** (Onze mil, quatrocentos e setenta e cinco reais), motivo pelo qual deve ser realizado a corrigenda neste primeiro ponto da decisão de 1º grau.

Frente ao “equivoco”, que prejudica literalmente o direito da autora, merece que seja sanado o vício de nulidade da decisão primeva e erro material de quantificação de verba securitária.

Some-se, ainda, que o laudo pericial realizado durante a instrução dos autos é inconteste e confirma toda documentação colacionada na exordial, atestando a existência de debilidade total definitiva e permanente em graduação de 50% de incapacidade do Membro Inferior Esquerdo + 50% de incapacidade da coluna lombar , vejamos:

Perícia Judicial (Id n.º 43684066):



Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão	
MEMBRO INFERIOR ESQUERDO	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input checked="" type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão	
COLUNA LOMBAR	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input checked="" type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa



ANEXO
(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).
(Produção de efeitos).
(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que causem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas: crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	25
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	10
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Sendo assim, **forçoso reconhecer que a autora, ora vítima e apelante não porta o direito de receber o valor total da verba securitária, uma vez que, conforme a graduação estabelecida na perícia, qual seja, membro inferior que implica em 50% de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), que resultou em R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), esquecendo e deixando de quantificar o valor correspondente a 50% de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) da Coluna Lombar, o que implica em R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais), totalizando o quantum correto indenizatório de R\$ 11.475,00 (Onze mil, quatrocentos e setenta e cinco reais).**

Pois bem, no caso em discepção, fazendo o enquadramento da invalidez do apelante à tabela da **Lei 11.945/2009**, verifico que se



enquadra no item denominado "**Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital**" correspondente ao percentual de **50% (cinquenta por cento) do valor total da indenização por invalidez, R\$ 13.500,00** (treze mil quinhentos reais), quanto a lesão cervical.

É cediço que em ação de cobrança de seguro DPVAT, como é o caso dos autos, **a perícia médica se limita a exame clínico na parte autora para se apurar se houve ou não a alegada incapacidade e, se positivo, qual o seu grau.** Compulsando detidamente os autos, e principalmente a perícia realizada, se faz visível que houve a apuração da alegada incapacidade da apelada e o seu respectivo grau de **50% do Membro Inferior + 50% da coluna cervical**, o que torna o laudo produzido nos autos suficiente para a solução da controvérsia.

Dito isto, **outro ponto contraditório na decisão se faz quanto o arbitramento de custas em percentual iguais para as partes de 50%, como também para os honorários sucumbenciais para cada parte pagar, data máxima vênia!**

Assim, se **a seguradora ré, fora quem deu causa a ação, uma vez que não pagou o seguro dpvat a parte autora, conforme requerimento administrativo nos autos, as custas e honorários devem ser arcadas pela seguradora, que deu causa a ação**, uma vez que se a seguradora tivesse pago administrativamente não teria processo, e mais, não se pode determinar custas de 50% para a parte autora pagar se esta é pobre, vulnerável parte mais frágil da relação, enquanto quem realmente deu causa para a ação apenas arca com 50%, empresa rica e abastada.

Outro ponto para ser sanado e reformado, se faz quanto aos honorários sucumbenciais, a parte ré, deve arcar na integralidade, uma vez que a parte autora teve seu direito reconhecido na integralidade.

Nesse sentido v. exa. relatora, **RELATORA: Desa Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti**, já decidiu acórdão perante esse Tribunal de Justiça em casos similares ao sub judice, vejamos:

APELAÇÕES CÍVEIS Nº 0800007-02.2016.8.15.0261. ORIUNDO DA 2ª VARA MISTA DE PIANÓ. **RELATORA: Desa Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti** APELANTE 01: JOSÉ RIVALDO PEREIRA DA SILVA. ADVOGADO(S): HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO, OAB/PE



25.252. APELANTE 02: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A. ADVOGADO(S): ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PE 16.983. APELADOS: OS MESMOS. APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELA PARTE RÉ – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT – PROCEDÊNCIA – IRRESIGNAÇÃO DA SEGURADORA – RAZÕES RECURSAIS – ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL – PERÍCIA MÉDICA COMPROVANDO O LIAME DE CAUSALIDADE – INDENIZAÇÃO FIXADA DE ACORDO COM A TABELA CONTIDA NO ANEXO DO ART. 3º DA LEI 6.194/1974 – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA – DESPROVIMENTO DO RECURSO. O nexo de causalidade está satisfatoriamente comprovado nos autos através da perícia médica, na qual se atestou que a lesão que acomete o autor decorreu de acidente automobilístico em via terrestre. Verificando-se que a indenização foi fixada de acordo com a tabela constante no anexo do art. 3º da Lei 6.194/74, incluída pela Lei 11.945/09, deve ser mantida a sentença. APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELO AUTOR – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – **FIXAÇÃO EM VALOR ÍNFIIMO – ART. 85, § 2º DO CPC – MAJORAÇÃO – PROVIMENTO DO RECURSO.** Nos termos do art. 85, § 2º do CPC, na fixação dos honorários advocatícios o julgador deve analisar o grau de zelo com que o causídico conduziu os interesses de seu cliente, a complexidade da causa e o tempo despendido entre o seu início e término e, por fim, o lugar de prestação do serviço. Na hipótese dos autos, considero que a fixação dos honorários na instância inferior deve ser majorada, para harmonizar-se aos critérios legais atinentes à retribuição pecuniária pelo labor do patrono do promovente. VISTOS, relatados e discutidos estes autos, acima identificado: ACORDA a Primeira Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, em sessão ordinária virtual realizada, por unanimidade, DAR PROVIMENTO AO PRIMEIRO APELO E NEGAR PROVIMENTO AO SEGUNDO RECURSO. RELATÓRIO Trata-se de Apelações Cíveis interpostas, respectivamente, por José Rivaldo Pereira da Silva e pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, buscando a reforma da sentença (ID 8965898) proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Mista da Comarca de Piancó, que, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT, julgou procedente o pedido, condenando a parte ré ao pagamento da quantia de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), além de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação. Em suas razões recursais, a parte autora alega que a fixação da verba sucumbencial se deu em valor ínfimo, requerendo a majoração para 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação (ID 8965902). Por sua vez, nas razões do seu apelo, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A aduz a ausência de nexo causal entre o acidente de trânsito e a lesão (ID 8965905). Contrarrazões apresentadas pelas partes em ID's 8965908 e 8965912. Instada a se pronunciar, a Douta Procuradoria de Justiça emitiu parecer opinando pelo desprovisionamento dos recursos (ID 10176923). VOTO De início, ressalto que analisarei ambos os recursos conjuntamente, privilegiando a economia processual. Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada por José Rivaldo Pereira da Silva, em decorrência de acidente automobilístico ocorrido



em 18/09/2014. **A sentença julgou o pedido procedente, condenando a seguradora ao pagamento de R\$ 7.087,50** (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Nas razões do seu recurso, a parte ré aduz a ausência de nexo causal entre o acidente de trânsito e a lesão. De plano, consigno que esta tese recursal não enseja acolhimento. O nexo de causalidade entre o acidente automobilístico e a lesão está satisfatoriamente comprovado nos autos, na medida em que a perícia médica produzida em Juízo, em resposta ao quesito “I”, atestou que a lesão decorre exclusivamente de acidente automobilístico em via terrestre (ID 8965890). Em relação ao valor indenizatório, de acordo com a tabela contida no anexo do art. 3º da Lei 6.194/74, incluída pela Lei 11.945/09, tem-se que a perda completa de um dos membros inferiores gera uma indenização no percentual de 70% (setenta por cento) do valor máximo (R\$ 13.500,00), o que resultaria em R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais). Ocorre que, como atestado na perícia médica (ID 8965890), a lesão no membro inferior direito do autor se deu no percentual de 75% (setenta e cinco por cento), o **que resulta em uma indenização de R\$ 7.087,50** (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Assim, não há que se falar em redução do valor, porquanto a sentença corretamente enquadrou a lesão no respectivo percentual previsto em lei. **Em relação aos honorários advocatícios, o autor alega, neste ponto, que o percentual de 10% (dez por cento) resulta em valor ínfimo, devendo ser majorado para 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. Entendo que a irresignação enseja provimento, uma vez que, in casu, a fixação dos honorários resultou em um valor ínfimo.** Nos termos do supracitado § 2º do art. 85 do CPC, na fixação dos honorários advocatícios o julgador deve analisar o grau de zelo com que o causídico conduziu os interesses de seu cliente, a complexidade da causa e o tempo despendido entre o seu início e término e, por fim, o lugar de prestação do serviço. Ponderados os elementos acima e em cotejo com o art. 133 da CF/88 e as circunstâncias dos autos, considero que a fixação dos honorários na instância inferior deve ser majorada, para harmonizar-se aos critérios legais atinentes à retribuição pecuniária pelo labor do patrono do promovente. Sendo assim, é de se majorar a verba honorária sucumbencial, para fixá-la em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, conforme requerido. Face ao exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao apelo interposto pela parte ré e **DOU PROVIMENTO** ao recurso interposto pelo autor, majorando os honorários advocatícios sucumbenciais para 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da condenação. É como voto. **Presidiu a sessão o Excelentíssimo Desembargador Leandro dos Santos. Participaram do julgamento, além da Relatora, a Excelentíssima Desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti, o Excelentíssimo Desembargador José Ricardo Porto e o Excelentíssimo Desembargador Leandro dos Santos.** Presente à sessão a Representante do Ministério Público, Dra. Vasti Cléa Marinho Costa Lopes, Procuradora de Justiça. Sessão Virtual realizada no período de 19 à 26 de julho de 2021. **Desa Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti Relatora** (0800007-02.2016.8.15.0261, Rel. Desa. Maria de Fatima Moraes Bezerra Cavalcanti, APELAÇÃO CÍVEL, 1ª Câmara Cível, juntado em 27/07/2021).



Apelações Cíveis nº 0862074-21.2016.8.15.2001.Oriundo da 1ª Vara Cível da Comarca da Capital. Relator: Juiz João Batista Barbosa 1ºApelante(s): Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A. Advogado(s): Rostand Inácio dos Santos - OAB/PB 18.125-A. 2ºApelante(s): Rafael Vasconcelos Ferreira. Advogado(s): Victor Figueiredo Gondim – OAB/PB 13.959. Apelado(s): Os mesmos.. APELAÇÃO CÍVEL DA PROMOVIDA. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PLEITO INDENIZATÓRIO, DETERMINANDO O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT. ALEGAÇÃO RECURSAL DE QUE INEXISTE COBERTURA SECURITÁRIA. INSUBSISTÊNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 257 DO STJ. PERÍCIA QUE ATESTOU O NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO E AS LESÕES PERMANENTES DO AUTOR. NECESSIDADE DE PAGAMENTO DO SEGURO. ART. 5º DA LEI Nº 6.194/74. DESPROVIMENTO DO RECURSO APELATÓRIO. Em se tratando de acidente provocado por veículo automotor, ainda que não emplacado/licenciado (moto 50 cilindradas), aplica-se a lógica contida no enunciado da Súmula 257 do STJ, segundo a qual, "a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização". À luz do 5º da lei nº 6.194/74 (a qual dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre), "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". Se, durante a instrução processual, a perícia certificou o nexo causal entre as lesões permanentes sofridas pelo autor e o acidente automobilístico descrito na inicial, presentes estão os requisitos para o pagamento do seguro obrigatório perseguido na demanda. RECURSO APELATÓRIO DO AUTOR. PLEITO DE AUMENTO DO VALOR INDENIZATÓRIO PARA A IMPORTÂNCIA MÁXIMA DA LEI DE REGÊNCIA. NECESSIDADE DE MAJORAÇÃO, EMBORA NÃO PARA O VALOR MÁXIMO. CONSEQUENTE MODIFICAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL E DA FORMA DE FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVIMENTO PARCIAL DO APELO AUTURAL. De acordo com a Súmula 474 do STJ, "a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez." Não fazendo jus a parte ao montante máximo da Lei de regência, mas se observando a necessidade de adequação do valor indenizatório, em obediência às balizas da Tabela do Anexo I da Lei nº 6.194/1974, deve ser parcialmente provido o apelo do autor, com a consequente alteração da distribuição do ônus sucumbencial. VISTOS, relatados e discutidos estes autos, acima mencionados: ACORDA a Primeira Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, em sessão ordinária virtual realizada, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO AO PRIMEIRO E DAR PROVIMENTO PARCIAL AO SEGUNDO RECURSO. RELATÓRIO Trata-se de Apelações Cíveis interpostas por ambas as partes, contra a sentença proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca da Capital, que, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, ajuizada por Rafael Vasconcelos Ferreira em face da Seguradora Líder dos



Consórcios DPVAT, julgou parcialmente procedente o pleito exordial, para condenar a seguradora/promovida a pagar ao autor o valor de R\$3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais), a título de indenização do seguro DPVAT, fixando a sucumbência recíproca, na proporção a ser arcada 93% pelo autor e 7% pelo réu, com honorários advocatícios arbitrados em R\$1.000,00 (um mil reais). Nas razões do seu recurso apelatório (Id nº 6521864), a seguradora promovida alegou, inicialmente, que não há que se falar em cobertura securitária no caso em tela, porquanto o acidente ensejador da ação aconteceu em motocicleta 50 cilindradas, não emplacada. Aduziu, em seguida, a inexistência de prova do nexo causal entre o dano sofrido pelo autor e o acidente automobilístico descrito na exordial, requerendo o julgamento de improcedência do pedido. Por fim, insurgiu-se contra a fixação dos honorários advocatícios, argumentando que o arbitramento deveria ter ocorrido na forma do art. 85, §2º, CPC (em percentual sobre o valor da condenação), não por apreciação equitativa. Por sua vez, no apelo de Id nº 6521868, o autor requereu a majoração do valor indenizatório estabelecido em primeiro grau, insurgindo-se, ainda, contra a proporção fixada para a sucumbência recíproca, alegando que, diante do valor requerido na inicial e o objeto da condenação sentencial, logrou êxito em 25% do seu intento, fazendo jus, caso mantido o montante condenatório, a esse percentual na contagem sucumbencial, e não a apenas 7%, como arbitrado na sentença. O autor também apresentou recurso adesivo no Id nº 6521873, requerendo, contudo, sua desistência na petição de Id nº 7102546, razão pela qual foi negado conhecimento àquele recurso na decisão de Id nº 810792. Contrarrazões apresentadas (Id nº 6521872 e nº 6521876). Em seu parecer (Id nº 8870773), a douta Procuradoria de Justiça opinou pelo desprovisionamento do apelo da seguradora/promovida e pelo provimento parcial do apelo do autor, “a fim de seja fixada a indenização no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)”. VOTO O autor – Rafael Vasconcelos Ferreira – ajuizou a presente ação alegando que, em 10/07/2015, sofreu acidente automobilístico, do qual advieram debilidades permanentes, razão pela qual requereu a condenação da seguradora/promovida ao pagamento de indenização de Seguro DPVAT, no valor máximo previsto na Lei de regência, qual seja, R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Conforme relatado acima, na sentença vergastada, o magistrado a quo julgou parcialmente procedente o pleito exordial, condenando a seguradora/promovida a pagar ao autor o valor de R\$3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais), a título de indenização do seguro DPVAT, fixando a sucumbência recíproca, em proporção a ser arcada 93% pelo autor e 7% pelo réu, com honorários advocatícios arbitrados em R\$1.000,00 (um mil reais). Ambas as partes apresentaram recurso apelatório, os quais serão examinados, a seguir. 1. Do Recurso Apelatório da Seguradora Promovida Procurando a integral reforma do julgado de primeira instância, a seguradora promovida alegou, inicialmente, em suas razões recursais, que não há que se falar em cobertura securitária no caso em tela, porquanto o acidente ensejador da ação aconteceu em motocicleta 50 cilindradas, não emplacada/licenciada. Tal arguição, porém, não merece guarida, pois, em se tratando de acidente provocado por veículo automotor, ainda que não emplacado/licenciado, aplica-se a lógica contida no enunciado da Súmula 257 do STJ, segundo a qual, “a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por



Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização". No mesmo sentido, precedente deste Egrégio Tribunal de Justiça: APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. ALEGAÇÃO DE FALTA DE COBERTURA DO SINISTRO. MOTOCICLETA DE 50 CILINDRADAS. AUSÊNCIA DE LICENCIAMENTO, EMPLACAMENTO E SEGURO OBRIGATÓRIO. IRRELEVÂNCIA. SÚMULA N. 257, STJ. HONORÁRIOS. FIXAÇÃO RAZOÁVEL. OBSERVÂNCIA DO ART. 85, § 2º, DO CPC. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. ARTIGO 932, INC. IV, A, DO CPC. APELO DESPROVIDO. - Consoante entendimento perfilhado no enunciado sumular n. 257, do Colendo Superior Tribunal de Justiça "a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento de indenização", não se revelando, portanto, falar-se na ausência de cobertura do sinistro em discussão, tampouco da responsabilidade da seguradora demandada, ora apelante. - Nos precisos termos do enunciado do artigo 932, inciso IV, alínea "a", do Código de Processo Civil de 2015, em vigor, "Incumbe ao relator: [...] negar provimento a recurso que for contrário a: [...] súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". (grifei). (TJPB – Ap. Cível 0801314-44.2014.815.0751 – Rel. Des. João Alves da Silva – J: 07/04/2017) Ainda pretendendo o julgamento de improcedência do pleito exordial, a seguradora/apelante sustentou a inexistência de prova do nexo causal entre o dano sofrido pelo autor e o acidente automobilístico descrito na exordial, o que afastaria o dever de indenizar. Analisando-se o conjunto probatório, constata-se, no entanto, que o nexo causal se encontra devidamente comprovado, motivo pelo qual o autor faz jus à indenização securitária, conforme esclarecido em primeiro grau. O art. 5º da lei nº 6.194/74 (a qual dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre) estabelece que "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". No presente caso, restou certificado na perícia (Id nº 6521851), realizada durante a instrução processual, que há, no autor, "sequelas no membro superior direito funcional definitiva" (item III), tendo sido provocadas por "acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação" (item I, a), restando atestado, ainda, no item IV, b, que a lesão ficou caracterizada como "dano corporal segmentar parcial", com graduação da lesão estipulada em 100%. Dessa forma, comprovado está o nexo causal entre o dano suportado pelo autor (sequela definitiva do membro superior direito) e o acidente automobilístico do qual foi vítima, de forma que se encontram evidenciados os requisitos caracterizadores da obrigação securitária prevista em lei. Registro que, em seu recurso apelatório, a promovida/apelante não impugnou especificamente o valor indenizatório fixado na sentença (R\$3.375,00), matéria somente abordada no apelo do autor, motivo pelo qual só será apreciada no tópico subsequente, no qual ocorrerá a análise do recurso daquela parte. Adiantando, ademais, que, embora, em seu apelo, a seguradora/promovida ainda tenha se insurgido contra o arbitramento dos honorários advocatícios, tal súplica recursal não mais terá cabimento após a modificação a ser



procedia (no valor indenizatório e na distribuição do ônus sucumbencial) por força da análise do apelo do autor, no tópico a seguir. Em sendo assim, deve ser totalmente desprovido o apelo da seguradora/promovida. 2. Do Recurso Apelatório do Autor No seu recurso apelatório, o autor requereu a reforma parcial da sentença, a fim de que o valor indenizatório seja majorado para o montante máximo previsto na Lei de regência, qual seja, R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Subsidiariamente, pleiteou que, caso mantido o valor condenatório, a sucumbência recíproca leve em contra sua proporção de êxito (25% do montante do total pretendido) aplicando-se tal percentual (25%) em seu favor no cômputo dos honorários advocatícios, e não apenas os 7% arbitrados na sentença. Destaco, de plano, que merece parcial provimento o apelo, para fins de majoração do valor indenizatório (embora não para o valor máximo pretendido pelo autor/apelante), o que também redundará na modificação da distribuição do ônus sucumbencial. Nos termos do art. 3º, da Lei nº 6.194/1974, “os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem”. O inciso II do mesmo dispositivo estabelece que a indenização será de “até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente”. Sobre a matéria, a Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça orienta que: “a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.” Regulamentando essa proporção de grau de invalidez, a Tabela do Anexo I da Lei nº 6.194/1974 (com redação dada pela Lei 11.945/09) estabelece que “perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos” pode acarretar indenização de até 70% do valor máximo (R\$13.500,00). In casu, conforme já mencionado em linhas anteriores (quando da apreciação do apelo da seguradora/promovida), a perícia (Id nº 6521851), realizada durante a instrução processual, atestou que há, no autor, “sequelas no membro superior direito funcional definitiva” (item III), caracterizando-se como “dano corporal segmentar parcial” (item IV, b), com graduação da lesão estipulada em 100%. Significa dizer que, sendo a perda funcional do membro superior esquerdo do autor completa (100%), o quantum indenizatório, nos termos da Tabela supramencionada, deve equivaler a 70% de R\$13.500,00, redundando no valor de R\$9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), conforme, inclusive, foi bem defendido pela douta Procuradoria de justiça, no parecer de Id nº 8870773. Diante da majoração da verba honorária, deve, por consequência, ser modificada a fixação dos honorários advocatícios e a distribuição da verba sucumbencial. Na sentença, como o valor indenizatório foi arbitrado em R\$3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais), o juízo a quo, observando que o estabelecimento de percentual sobre tal montante implicaria em honorários advocatícios de baixo proveito econômico, arbitrou tal verba, por apreciação equitativa, em R\$1.000,00 (um mil reais). Estipulou, ainda, a sucumbência recíproca, determinando que o autor arcasse com a maior parte da verba proporcional. **Acontece que, como neste julgamento se está majorando o montante indenizatório, de R\$3.375,00 para R\$9.450,00, a fixação da verba honorária em percentual sobre o valor condenatório é medida que se impões, em respeito à regra do §2º1, art. 85, CPC/15, haja vista não mais se verificar a hipótese (de valor ínfimo)**



a justificar a aplicação excepcional da apreciação equitativa, prevista no §8º do mesmo art. 85, CPC/15. Da mesma forma, há de ser afastada a sucumbência recíproca, pois, como se está reconhecendo ao autor o direito de receber R\$9.450,00, dos R\$13.500,00 pretendidos na inicial, tem-se que a parte decaiu em parte mínima do pedido, impondo a aplicação do disposto no parágrafo único do art. 86, CPC/15, para que a promovida arque sozinha com as verbas sucumbenciais. Destarte, com base no §2º, art. 85, CPC, e atentando-se aos parâmetros previstos nos incisos de mesmo comando legal, **devem os honorários advocatícios (a serem arcados apenas pela promovida) ser fixados em 15% sobre o valor da condenação, esta arbitrada em R\$9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).** - Dispositivo Face ao exposto, **NEGO PROVIMENTO ao apelo da seguradora/promovida; e DOU PROVIMENTO PARCIAL ao apelo do autor, para majorar o valor indenizatório para o montante de R\$9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais) e determinar, à luz do parágrafo único, art. 86, CPC/15, que a parte promovida arque com a totalidade das verbas sucumbenciais, fixando os honorários advocatícios, com base no §2º, art. 85, CPC/15, em 15% sobre o valor da condenação.** É como voto. Presidiu a sessão o Excelentíssimo Desembargador Leandro dos Santos. Participaram do julgamento, além do Relator, o Excelentíssimo Doutor João Batista Barbosa (Juiz convocado para substituir a Exma. Desa. Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti), o Excelentíssimo Desembargador José Ricardo Porto e o Excelentíssimo Desembargador Leandro dos Santos. Presente à sessão a representante do Ministério Público, Dra. Vanina Nóbrega de Freitas Dias Feitosa, Procuradora de Justiça. Sessão Virtual realizada no período de 22 de fevereiro à 01 de março de 2021. Juiz João Batista Barbosa Relator G/07 1 § 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa [...]. 2 § 8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º. (0862074-21.2016.8.15.2001, Rel. Desa. Maria de Fatima Moraes Bezerra Cavalcanti, APELAÇÃO CÍVEL, 1ª Câmara Cível, juntado em 26/02/2021)

DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Posto isto, requer o recebimento do **Recurso de Apelação**, para que as **questões contraditórias** no julgado, para que sejam apreciadas devidamente, considerando que restaram verificados motivos que **justifiquem a aplicação do reconhecimento do direito autoral, em receber valor correto de quantum indenizatório de R\$ 11.475,00** (Onze mil, quatrocentos e setenta e cinco reais), o **direito de receber o valor total da verba securitária, uma vez que, conforme a**



gradação estabelecida na perícia, qual seja, membro inferior que implica em 50% de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), que resultou em R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), esquecendo e deixando de quantificar o valor correspondente a 50% de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) da Coluna Lombar, o que implica em R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais), totalizando o quantum correto indenizatório de R\$ 11.475,00 (Onze mil, quatrocentos e setenta e cinco reais), bem como que seja determinada pela ré/seguradora arcar na integralidade com custas e honorários de 20%, nos moldes do art. 85, §11, do CPC .

Assim, requer que **ACOLHA e DÊ PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO, REFORMANDO A DECISÃO DE 1º GRAU, SANANDO AS CONTRADIÇÕES DO JULGADO.**

Respeitosamente, pede deferimento.

João Pessoa - Estado da Paraíba (data e assinatura digital)

DRA LIDIANI MARTINS NUNES
OAB/PB N.º 10244

